

Modos de subjetivação e a fragmentação do saber sobre a criança

Juliana Fernanda de Barros

Jorge Luís Ferreira Abrão

RESUMO

Muito se especula a respeito da criança contemporânea em virtude da sua falta de limites e indisciplina. Alguns autores lançam a hipótese de que esse processo ocorre em decorrência da queda e falência do referencial patriarcal. Entretanto, em vez de atribuímos as dificuldades e a indisciplina das crianças ao declínio da autoridade parental, podemos pensar na mutação e deslocamento que ela vem sofrendo em virtude da Ciência e do Estado, que passam a legislar como autoridade dentro do meio familiar. Diante do exposto, o presente trabalho visa refletir sobre a posição subjetiva ocupada pela criança na contemporaneidade, considerando a existência de um tempo no qual a criança ocupa o lugar de objeto e o discurso científico que produz a fragmentação de subjetividades.

Palavras-chaves: subjetividade; criança; contemporaneidade; psicanálise.

ABSTRACT

Modes of subjectivation and the fragmentation of the knowledge on the child

The contemporary child has been the target of intense speculation due to their indiscipline and absence of limits. Some authors assume that these conditions develop as a result of the weakening and failure of paternal reference. However, rather than associating the difficulties and the indiscipline of the child to the failure of parental authority, it is possible to consider how changed and misplaced these children have been in the face of the interference of Science and State in the family environment. In view of this, the current work aims to contemplate the subjective role the child plays nowadays by considering: (i) the existence of a time when they play the object role and (ii) the scientific discourse that produces the fragmentation of subjectivities.

Keywords: subjectivity; children; contemporaneity; psychoanalysis.

Não raro, encontramos pais e educadores impotentes que se queixam e indagam sobre o comportamento dito “desviante” e “tirânico” de seus filhos e alunos sem muitas vezes saber o que fazer, como solucioná-lo ou reconhecer na conduta manifesta alguma demanda embutida. Essa realidade se reflete nos serviços de saúde mental, nas clínicas escolas e nos consultórios de psicologia cujas listas de espera estão repletas de encaminhamentos relacionados a queixas de crianças com problemas de comportamento como indisciplina e agressividade em casa e/ou na escola. Comportamentos como raiva, impulsividade, agressividade, desatenção e agitação, surgem em idade cada vez mais precoce e geram queixas de dificuldades escolares e demandas de atendimento especializado na busca por um diagnóstico que justifique o problema apresentado pelo filho (Thevenot & Metz, 2007).

Os dados divulgados pelo Ministério da Saúde em 2013 conferem tal demanda ao divulgar os dados referentes aos tipos de problemas comumente apresentados por crianças atendidas na atenção básica em saúde mental no Brasil, sendo “ansiedade (5,2% - 6,2%), problemas de conduta/comportamento (4,4% - 7,0%), hiperatividade (1,5% - 2,7%), depressão (1% - 1,6%). Autismo e problemas correlatos apresentam taxas de prevalência abaixo de 1%” (p. 104).

Sobre os Autores

J.F.B.
orcid.org/0000-0001-5318-872X
Universidade Estadual Paulista
Júlio de Mesquita Filho (UNESP)
- Assis, SP
jubarrospsi@hotmail.com

J.L.F.A.
orcid.org/0000-0002-3069-2285
Universidade Estadual Paulista
Júlio de Mesquita Filho
(UNESP) - Assis, SP
jlfabrao@gmail.com

Direitos Autorais

Este é um artigo de acesso aberto e pode ser reproduzido livremente, distribuído, transmitido ou modificado, por qualquer pessoa desde que usado sem fins comerciais. O trabalho é disponibilizado sob a licença Creative Commons CC-BY-NC.



Junto a esses encaminhamentos, surgem alguns discursos como este da mãe de um menino de apenas três anos: “Eu não sei mais o que fazer com o meu filho. Ele não me obedece. Eu não sei o que está acontecendo com ele. Eu não consigo mais controlá-lo” (sic). Diante esses discursos, alguns inquietantes questionamentos começam a circular: como uma mãe não sabe mais o que fazer, nem como lidar com o seu filho de três anos que mal domina os próprios instintos e vocabulário?

A hipótese aqui levantada, no entanto, não é que essa e tantas outras mães e pais não *sabem* mais o que fazer com os seus “filhos-problema”; mas não se *autorizam* a saber. Essa desautorização, imperativa dos saberes especialistas, gera nos pais uma confusão em relação aos respectivos papéis e a destituição de suas funções, acarretando “uma indefinição do lugar da criança como filho ou filha” (Ceccarelli, 2002, p. 93). Diante dessa conjectura inicial, o presente trabalho visa refletir, a partir do referencial teórico da psicanálise, da prática clínica e de reflexões teóricas corroboradas por outras literaturas, sobre o deslocamento do lugar ofertado para a criança na sociedade contemporânea, considerando o mal-estar de um tempo no qual ela ocupa o lugar de objeto e o discurso tecnocientífico que produz uma mercantilização de subjetividades.

Para isso, será utilizado como metodologia o levantamento bibliográfico recorrente ao tema estudado, que segundo Gil (1999), tem sua relevância na medida em que possibilita identificar as pesquisas e debates significativos desenvolvido sobre determinado assunto. Posto isto, o presente trabalho tem como problema de pesquisa qual o lugar ofertado à criança na contemporaneidade e suas implicações parentais, uma vez que partindo das “considerações já tecidas sobre o sujeito ser efeito da relação com um Outro (...), está evidenciado que, na leitura psicanalítica sobre a organização subjetiva, é fundamental o lugar em que se é tomado pelo desejo parental” (Toresan & Aguiar, 2011, p. 539).

DA FRAGMENTAÇÃO DO SABER SOBRE A CRIANÇA AO EMBOTAMENTO DE SUBJETIVIDADES

Uma questão pertinente para iniciarmos nossas discussões sobre o lugar ofertado para a criança na sociedade atual deve-se ao lugar ocupado pela família na contemporaneidade, que modificou sua estrutura e conseqüentemente sua relação e posicionamento perante a prole.

Ao analisarmos as mudanças nas configurações institucionais da família, conforme fez Lacan em seu texto “Complexos Familiares na formação do indivíduo” (1938/1985), e a educação familiar dispensada às crianças no século passado e na atualidade, podemos observar sem grandes esforços

que ela passou de um extremo para outro. Antes, as crianças viviam em um ambiente separado do mundo adulto, tinham medo dos seus pais e apenas um olhar já era suficiente para repreendê-la. A criança não tinha voz ativa dentro do lar e toda e qualquer forma de expressão era reprimida.

Autores como Freud reforçavam a ideia de que só haveria educação se incidisse a repressão sobre impulsos infantis, afirmando que a tarefa primordial da educação era fazer a criança “aprender a controlar seus instintos. (...) a educação deve inibir, proibir e suprimir, e isto ela procurou fazer em todos os períodos da história” (Freud, 1932/1996, p. 182). Baseado nessas crenças e na rigorosidade dos tempos passados, as crianças eram educadas a rígidas e duras penas.

Contudo, no decorrer de sua obra, Freud reconsidera sua colocação inicial e passa a defender o conceito de que uma educação que se propusesse a conter as ideias e inovações das crianças, reprimindo sua forma de expressão, estaria fadada ao fracasso. Assim, Freud não propõe mais uma educação de repressão e supressão das pulsões sexuais, mas sua utilização e canalização para outros fins, como valores “superiores” e bens culturais de produção socialmente úteis e aceitáveis. Sendo assim, para Freud, “o educador é aquele que deve buscar, para seu educando, o justo equilíbrio entre o prazer individual — inerente às pulsões sexuais — e as necessidades sociais — a repressão e sublimação dessas pulsões” (Kupfer, 2001, p. 46).

Entretanto, essa mudança de perspectiva vem sendo mal interpretada por alguns educadores, que passaram a considerar que toda repressão causaria traumas e prejuízos às crianças, e que o oposto, ou seja, a liberdade, seria a solução para o êxito na educação e para obter crianças saudáveis. Diante dessa crença, hoje os pais têm receio de frustrar e impor limites aos filhos, pois temem que, diante da coerção, eles adoeçam, fiquem traumatizados ou se rebelem contra eles, preferindo ser amigos dos seus filhos e educar em nome do amor e do afeto a se colocar como autoridade.

Outro fator que sustenta esse “temor” dos educadores é a atual supervalorização da infância, com a promessa de que uma infância bem cuidada seria a garantia de uma sociedade futura composta de adultos bem formados e sucedidos. Nesse contexto, a versão da psicanálise de que “tudo se põe em jogo nos primeiros anos de vida fez com que a criança se tornasse o capital mais precioso da civilização, não se podendo deixá-la em paz” (Zorning, 2000, p. 33). Dessa forma, a sociedade do século XX passou a privilegiar como nunca a infância em detrimento das demais idades da vida.

Nesse sentido a sociedade ocidental contemporânea opera uma revisão de papéis ao colocar na criança real todas

as expectativas de um modelo ideal de funcionamento. Hoje tudo que concerne à criança é alvo de longas discussões. O estado infantil passa a ser um espaço de potencial infinito, enquanto o estado adulto é considerado como um estado de decadência progressiva. Ou seja, a sociedade procura colocar a criança real como modelo, como mito das origens, que serve para explicar a organização da cultura (Zorning, 2000, p.33).

Esse processo fez com que a família, segundo Ariès (1981), se preocupasse cada vez mais em proporcionar uma boa educação aos filhos e uma preparação para a vida. Em consequência, a infância passou ocupar o lugar central da atenção e investimento familiar e da sociedade, tendo em vista uma crescente preocupação quanto ao seu desenvolvimento.

Houve, desta forma, um deslocamento da posição ocupada pela criança na sociedade contemporânea, onde ela passou a ser um "objeto" precioso de investimento, pois o futuro da civilização depende do seu desenvolvimento saudável. Assim, há um aumento das exigências em relação a ela que, desde muito cedo, é estimulada a reter o maior número de habilidades a fim de desenvolver autonomia, competição e a independência para que ela seja futuramente um adulto de sucesso. Isso pode ser facilmente constatado ao observarmos a quantidade de atividades nas quais os pais envolvem precocemente os filhos, tais como natação, inglês, informática, aulas de reforço escolar, futebol, dança, música, etc. Nesse ínterim, os pais enchem as rotinas de seus filhos de atividades que consideram importantes para um bom desenvolvimento, delegando a eles um tempo para cada atividade, menos para serem, de fato e de direito, crianças.

Essa gama de expectativas dispensada às crianças corresponde a um ideal de perfeição narcísica no qual a sociedade tenta enquadrá-las para que não falhem sob hipótese alguma. Partindo desse olhar, que exige da criança um ideal de perfeição, vemos o embotamento e o desaparecimento da infância em detrimento de um discurso social recoberto por um ideal de sucesso e felicidade plena. A criança é um receptáculo de toda fonte de preocupação e investimento com a ilusão de ser tudo o que seus pais não foram ou não puderam ser.

Nesse contexto, a criança reativa o narcisismo de perfeição dos pais e passa a ser essencialmente um suporte e destinatário dos anseios deles. Devido a esse ideal nelas projetado, as crianças ficam presas à condição de não poderem falhar sob nenhuma condição, pois se falham ferem a condição narcísica de seus pais, fazendo-os admitir que não podem ser (pais perfeitos) ou ter (filhos perfeitos) tudo, pois sempre faltará algo, condição esta da castração. Assim, quando os filhos apresentam alguma dificuldade, isso fere

como um golpe ao narcisismo dos pais que criaram, inconscientemente, um projeto no qual o filho seria tudo aquilo que eles não puderam ser.

Com a falsa promessa de satisfação irrestrita, proclamada pelo discurso capitalista e científico, as crianças passam a ocupar o lugar de mestre do gozo, o que as permite achar que tudo podem ter e ser. Dessa forma, em tempos de profusão de objetos reais que prometem gozo pleno sob a ilusão de nada faltar e quando o valor do homem está no objeto que consome, possui e produz, a criança fica "encarregada de decidir quais objetos aportam o gozo e de que maneira gozar deles" (Bernardino & Kupfer, 2008, p. 663).

Vivemos na contemporaneidade em uma sociedade do espetáculo, apresentada por Zygmunt Bauman como uma sociedade de consumo onde "ninguém pode se tornar sujeito, sem primeiro virar mercadoria, e ninguém pode manter segura sua subjetividade sem reanimar, ressuscitar e recarregar de maneira perpétua as capacidades esperadas e exigidas de uma mercadoria vendável" (2008, p. 20). Nesse ínterim, a completude é uma (falsa) promessa que está ao passo do produto para ser consumido, provocando necessidade e fascínio por aquilo que, de fato, não precisamos e nunca nos preencherá.

Pois como já bem colocado por Freud em 1930/1996, no texto "O Mal-estar na civilização", a promessa de completude é enganadora, uma vez que, inevitavelmente, os relacionamentos impõem restrições às pulsões sexuais e agressivas.

A ilusão da completude narcísica alimenta a ideia de que o objeto da paixão amorosa pode preencher o vazio da falta, que é constituinte de nossa existência. Com ele, tudo se tem, sem ele, nada se tem e nada tem sentido. Na paixão amorosa, revive-se a ilusão da completude narcísica infantil, que fazia da mãe tudo para a criança, e da criança tudo para sua mãe (Rocha, 2012, p. 266).

Diante dessa cultura do narcisismo e da sociedade do espetáculo em que o discurso capitalista produz um laço reverso na direção de um falso gozo sem limites, a criança passa a ocupar, algumas vezes, o lugar de objeto para o adulto na medida em que este a usa para satisfazer o próprio narcisismo, passando a tomar o outro semelhante como objeto ao próprio gozo. Ora, se tenho um filho perfeito, eu também sou perfeito e não tenho falhas. Nesse âmbito, o estatuto do fracasso escolar é

cada vez mais mal suportado pelos pais que, identificados a este Outro anônimo, não conseguem *suportar* o filho que não atenda às exigências de um bom funcionamento. Fenômeno que, no entanto, passa a ser compreendido com um bem de mercado no interior dos novos sintomas contemporâneos, contribuindo com o

acirramento do mal-estar da criança (Roure, 2002, p. 271).

Esse fato explica, em tese, porque hoje os pais não conseguem ou temem impor limites aos filhos, pois, baseado nessa cultura do narcisismo, colocar limites nas crianças é, sobretudo, colocar limites na criança – “a majestade o bebê” – que há em mim e, assim, admitir que não posso tudo, pois sou incompleto. Assim, a posição ocupada pela criança cada vez mais alienada ao gozo do outro contribui com o “movimento cultural atual de apagamento da falta e de desaparecimento do sujeito” (Bernardino & Kupfer, 2008, p. 678).

Hoje não há mais espaço e tempo para o sofrimento ou fracasso em qualquer área da vida. A partir dessa lógica, diante de qualquer mal-estar que fere o ideal de perfeição, os adultos recorrem a especialistas para responder e solucionar qualquer interferência no desenvolvimento do sujeito.

Essa insuficiência manifestada no distúrbio psicopatológico atingem os agentes familiares que não detêm do saber especializado para tratá-lo. Eles não podem, senão, estender ou transferir suas funções ao saber especializado. Para cuidar e proteger, os pais fazem-se, eles mesmos, funcionários deste saber científico que os orienta na realização do tratamento mais eficaz (Vorcaro, 2011, p. 227).

Diante dessa realidade, as crianças que manifestam alguma dificuldade na escola e fogem da norma imposta socialmente vêm sendo engolidas pela psicologização dos discursos escolares que, por meio da psicologia do desenvolvimento, procura enquadrar a criança e aperfeiçoar sua interioridade subjetiva promovendo uma prática educacional ainda profilática. Essa psicologia do desenvolvimento, que acredita ser detentora de uma verdade, autoriza-se a determinar as condições que confiam ser ideais para um desenvolvimento psíquico normal e saudável, prescrevendo uma normativa das condições de subjetivação na tentativa de renegar a falta (Ceccarelli, 2002).

Assim, conforme observou Matteo (2003), há uma “crescente psiquiatria biológica das doenças do espírito” (p. 7), em que as dificuldades e os fracassos que as crianças vivenciam no contexto escolar não são aceitos pela sociedade como algo normal do curso do desenvolvimento infantil e humano, mas como falhas graves que devem ser exterminadas o mais rápido possível. Desse modo, sentimentos inerentes ao homem como a frustração e a dor “não são hoje reconhecidos como constitutivos do percurso rumo aos ideais de prazer e alegria, mas passam a ser indicadores da insuficiência do indivíduo contemporâneo” (Paravidini, Rocha, Perfeito, Campo, & Dias, 2008, p. 201).

Com a dificuldade ou a incompetência escolar, os pais, destituídos de sua função, tentam a qualquer custo enqua-

drar o seu filho em um padrão de normatização de comportamentos socialmente aceitáveis, encaminhando-os a especialistas. “Nessa outra cena ‘especializada’, o filho é um estrangeiro, que em vez de despertar nos pais um desejo de saber sobre sua diferença, essa mesmíssima diferença, quando encarnada no real, é tomada como a impossibilidade de vir a conhecê-lo” (Levin, 2005, p. 133).

Uma vez atravessada pelo discurso da ciência, a família contemporânea encontra dificuldades para sustentar um lugar de referência simbólica para a criança, obstaculizando a inserção dela em uma rede simbólica de filiação, já que estes não sabem mais nada. Assim, a única alternativa que encontram é entregar seus filhos a quem supostamente detém um conhecimento superior – a ciência – que, por sua vez, confirma essa posição dos pais de que nada sabem ao oferecer palestras e cursos com o objetivo de ensinar-lhes como educar o seu filho e apresentar as etapas de desenvolvimento infantil com base em um saber dito científico. Assim,

Na medida em que a criança torna-se um objeto nomeado por uma nomenclatura especializada, o cenário familiar necessário para uma “familiarização”, para a significação do mal estar da criança a partir do discurso familiar, é substituído por uma outra cena especializada, que acaba excluindo os não especialistas no assunto, nesse caso, os pais ou quem cumpra essa função para a criança (Levin, 2005, p. 133).

Essa desautorização paterna perante o discurso médico e o conhecimento científico, em uma tentativa de normatização via medicação, tornou a infância “objeto de disputa de poderes, configurada como uma zona limítrofe de confronto entre o público e o privado, gerando novos saberes e modalidades de controle” (Vorcaro, 2011, p. 220). Assim, longe de aplacar os inúmeros diagnósticos na infância, que têm tomado proporções alarmantes, criando-se uma verdadeira epidemia de Transtorno do Déficit de Atenção e Hiperatividade (TDAH), entre outras patologias, a medicalização tem sido usada como um “dispositivo de vigilância e controle que as instâncias tutelares realizam sobre a família e a criança na atualidade” (Kamers, 2013, p. 158).

A necessidade de um diagnóstico vem responder à tentativa de preencher esse vazio que se impera diante do não saber. Neste tempo, a medicação funciona como uma resposta prática e rápida para solucionar o mal vivido pela criança e sua família. Assim, o intenso processo de patologização e medicalização da criança se instala como resultado de uma visão das dificuldades escolares como uma mera questão biológica, inata ou genética, sem questionar o contexto e os métodos educativos dispensados a tais crianças, levando para esfera individual aquilo que se encontra, muitas vezes, na esfera pública e social (Moysés & Collares, 2014).

Essas demandas na grande maioria das vezes eram (e ainda são) encaminhadas para um neurologista infantil. Grande parte dessas crianças acaba por realizar exames de eletroencefalograma, sendo que apenas em uma desprezível minoria dar-se-á o achado de ondas indicadoras de algumas formas de epilepsia. A grande maioria não apresenta alterações, ou aponta resultados *anormais inespecíficos* (Ministério da Saúde, 2013, p.103).

Como efeito desse movimento há, de fato, uma diminuição do espaço da subjetividade e um avanço do discurso tecnocientífico e farmacológico. Assim, caracterizado pela objetividade, o discurso científico elimina toda forma de subjetividade, cuidando apenas das esferas biológicas e cognitivas. Esse discurso, segundo Roure (2002), “afasta dúvidas e dá ao sujeito a ilusão de saber baseado na verdade científica. Saber total que retira o sujeito da relação angustiante que vive em relação à sua castração, produzindo a ilusão de um gozo sem interdito” (p. 120), uma vez que o discurso capitalista e científico cria a ilusão de que tudo que falta a um sujeito poderá ser fabricado pela ciência e posteriormente oferecido no mercado, produzindo a utopia de que tudo posso ter.

Esse processo de avanço do capitalismo para as esferas mais íntimas da subjetividade permitiu a ingerência do discurso da ciência naquilo que sempre esteve fora de seus domínios. A subjetividade, de um lado, se coisifica, então, em neurônios, em bioquímica, em genética, e, de outro, se imaginiza, num processo complementar ao primeiro, tornando virtual as insígnias do ser, num simbólico que não marca mais a falta-a-ser mas que, ao contrário, alimenta uma promessa de “tudo é possível” (Carvalho, 2008, p. 337).

Entretanto, uma das ciladas em que cai a nossa sociedade diante dessa promessa de prazer constante e gozo sem limites é o desrespeito a qualquer significante paterno quando o sujeito se depara com a ausência de referências simbólicas. Assim, diante do avanço do capitalismo, do discurso da ciência e de outras instâncias, como as judiciais, observa-se uma desautorização do significante Nome-do-Pai com o enfraquecimento da figura paterna.

As instâncias estatais, neste contexto, passaram a olhar a família como uma instituição insuficiente para atender as necessidades e cuidados das crianças, dando início ao processo de tutela da família por meio do poder judiciário, assistencial e educacional. A partir disso, a infância, bem como a família, passou a ser vigiada e controlada pelos órgãos públicos, privados pelo saber médico.

Essa destituição da voz do pai diante de um saber “superior” pode ser observada, entre tantos exemplos, com a criação da Lei 7672/10, popularmente conhecida como “Lei da Palmada”. Segundo ela, o Estado tenta resguardar as crianças e

os adolescentes de qualquer punição corporal como meio educativo. Em vista dessa interferência do estado no poder familiar, os pais se veem ante uma lei que dita as normas de uma boa educação, restando para eles apenas a função de cumpri-las; caso contrário, eles podem responder judicialmente. Mas quem é esse Estado, essa lei, essa ciência, essa pedagogia que, na forma de um terceiro, se autorizam a se colocar na relação entre pai e filho dizendo saber o que é melhor para a educação deste? Conforme Jerusalinsky (2011), “numa época em que os castigos corporais têm sido erradicados da educação escolar e moralmente desqualificados na educação familiar, curiosamente são as próprias crianças que têm tomado a seu cargo o exercício da violência contra seus pares” (p. 86).

A fim de prevenir a criança contra a negligência familiar, o Estado adentrou o espaço familiar para manter o controle e vigilância sobre ela e instalou um patriarcado do Estado destruindo o patriarcalismo dela mesma. Como efeito desse processo, ocorreu a destituição e enfraquecimento familiar e o fortalecimento das instituições (Donzelot, 1986).

Desta forma, nos dias atuais, as famílias colocam-se numa situação de insegurança, questionam se estão agindo corretamente com seus filhos estabelecendo com tais uma relação simétrica, quando não inversa, de modo que o poder é depositado nos filhos. Esse movimento acarreta uma relação na qual se verificam adultos temerosos, impotentes e frágeis e, por outro lado, crianças com excesso de autonomia e poder decisório.

Em suma, não se deve bater ou reprimir e ainda perguntar à criança o que ela deseja, onde quer jantar ou se os pais podem ir ao cinema, delegando a ela as escolhas que a família precisa fazer. Nessa perspectiva, não é estranho observar adultos impotentes diante de crianças cada vez mais autoritárias, investidas e idealizadas.

Tal fato produz uma fragilização dos vínculos familiares, revelados pelas dificuldades em estabelecer regras, limites e controle dos impulsos agressivos de forma adequada por parte dos pais.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Todos esses fatores descritos acima, apontam para uma inversão de papéis entre adultos e crianças na nossa sociedade e, conseqüentemente, para o enfraquecimento da função simbólica paterna e o fortalecimento do sentimento de autonomia da criança que acredita não ter mais que se submeter a nenhum tipo de lei simbólica, colocando-se na posição de senhor do seu destino (Roure, 2002). Por isso, hoje encontramos crianças “tiranias” que acham que tudo podem, pois, devido à ausência de referenciais simbólicos que as co-

locam diante de uma lei, sustentam em si a ilusão de poderem ter um gozo sem limites. Devido à falência simbólica da família, temos hoje uma inversão nas relações, com pais impotentes diante de crianças déspotas.

Assim, para que possam sustentar as questões ordenadoras do campo social para a criança e lidar melhor com as frustrações, “passa a ter importância crucial o tipo de relação que estes pais têm com a falta” (Bernardino & Kupfer, 2008, p. 674). Na medida em que conseguirmos lidar com a nossa própria falta e com a nossa castração, poderemos exigir menos das crianças e lidar melhor com a nossas frustrações, pois a criança não entende que o fato de ela ter fracassado em algum aspecto e, conseqüentemente, sua mãe levá-la a um psiquiatra, representa, na verdade, uma dificuldade da mãe de lidar com a frustração e o fracasso, e não da criança propriamente.

Hoje há muitas figuras de pais, saberes e autoridades na vida da criança. O ideal paterno se pluralizou. A criança contemporânea vive uma crise de referência, ficando à mercê e tornando-se objeto de inúmeros saberes. A destituição do lugar do saber dos pais em detrimento dos saberes ditos científicos proferidos por vários especialistas acarretou o silenciamento do discurso parental, “trazendo à tona os desejos e as fantasias de onipotência de nosso tempo” (Roure, 2002, p.196).

Nesse cenário, recortada pelos mais diversos discursos, a criança se tornou um sintoma, efeito do esvaziamento da função simbólica familiar e da ausência de referências no processo de subjetivação. Dessa forma, conclui-se que, em vez de se pensar no declínio da função paterna, devemos pensar na desautorização dela por terceiros que se intrometem na relação pai-filho sem pesar as conseqüências disso.

Diante dos vários discursos especialistas que circulam, houve uma “substituição das camisas de força pela redoma de medicamentos, constituindo uma verdadeira fabricação da loucura na infância” (Kamers, 2013, p. 163), em que os pais não se autorizam a saber sobre o seu filho, pois quando uma autoridade se multiplica, a outra se enfraquece.

CONTRIBUIÇÃO DE CADA AUTOR

J.F.B. e J.L.F.A. são os responsáveis pela redação final (revisão e edição) e contribuíram para a contextualização e metodologia do artigo; J.F.B realizou a investigação e foi responsável pela redação inicial do artigo (rascunho) e J.L.F.A. foi responsável pela supervisão.

DECLARAÇÃO DE CONFLITOS DE INTERESSES

Os autores declaram que não há conflitos de interesses no presente artigo.

DECLARAÇÃO DE FINANCIAMENTO

Financiamento CAPES - Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior

REFERÊNCIAS

- Ariés, P. (1981). *História social da criança e da família*. (D. Flaksman, Trad.) (2 ed.) Rio de Janeiro: LTC.
- Bauman, Z. (2008). *Vida para consumo*. (C. A. Medeiros, Trad.). Rio de Janeiro: Jorge Zahar.
- Bernadino, L. M. F., & Kupfer, M. C. M. (2008). A criança como mestre do gozo da família atual: Desdobramentos da “pesquisa de indicadores clínicos de risco para o desenvolvimento infantil”. *Revista Mal-estar e subjetividade*, 8(3), 661-680.
- Ministério da Saúde, Secretaria de Atenção à Saúde, Departamento de Atenção Básica, Departamento de Ações Programáticas Estratégicas (2013). *Saúde mental*. (Cadernos de Atenção Básica, número 34). Brasília: Ministério da Saúde. Disponível em <http://dab.saude.gov.br/portal-dab/biblioteca.php?conteudo=publicacoes/cab34>. Acesso em 02 maio de 2017.
- Carvalho, S. M., (2008). Há, ainda, tempo para a Psicanálise?. *Anais do V encontro internacional da IF-EPFCL – Internacional dos Fóruns-Escola de Psicanálise dos Fóruns do Campo Lacaniano*, 336-339. Retirado de <http://www.campopsicanalitico.com.br/biblioteca/anais.pdf>
- Ceccarelli, P. R., (2002). Configurações edípicas da contemporaneidade: Reflexões sobre as novas formas de filiação. *Pulsional Revista de Psicanálise*, 15(161), 88-98.
- Donzelot, J. A. (1986). *A polícia das famílias*. Rio de Janeiro: Graal.
- Freud, S. (1996) Novas conferências introdutórias sobre psicanálise. Em *Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud* (Vol. XXII). Rio de Janeiro: Imago. (Original publicado em 1932 [1933])
- Freud, S. (1996) O mal-estar na civilização. Em *Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud* (Vol. XXI). Rio de Janeiro: Imago. (Original publicado em 1930)
- Gil, A. C. (1999). *Métodos e técnicas de pesquisa social* (5ª ed.). São Paulo: Atlas.

- Jerusalinsky, A. (2011). Violência e agressividade na infância. Em *Autoridade e Violência*. Porto Alegre: APPOA.
- Kamers, M., (2013). A fabricação da loucura na infância: Psiquiatrização do discurso e medicalização da criança. *Revista Estilos da Clínica*, 18(1), 153-165. <http://dx.doi.org/10.11606/issn.1981-1624.v18i1p153-165>
- Kupfer, M. C. (2001). *Freud e a educação: O mestre do impossível*. São Paulo: Scipione.
- Lacan, J. (1985). *Os complexos familiares na formação do indivíduo, ensaio de análise de uma função em Psicologia*. Rio de Janeiro: Zahar. (Trabalho original publicado em 1938)
- Levin, E. (2005). Clínica e educação com as crianças do outro espelho. *Revista Estilos da Clínica*, 10(18), 132-139.
- Matteo, V. D. (2003). Psicanálise e destinos da subjetividade na contemporaneidade. *Estados gerais da psicanálise: Segundo encontro mundial*. Retirado de http://egp.dreamhosters.com/encontros/mundial_rj/download/4a_Matteo_92141003_port.pdf
- Moysés, M. A. A., & Collares, C. A. L. (2014). Medicalização do comportamento e da aprendizagem: A nova fase da obscuratismo. Em L. S. Viégas, M. I. S. Ribeiro, E. C. Oliveira, & L. A. L. Teles, (Orgs.), *Medicalização da educação e da sociedade: Ciência ou mito?* (pp. 21-43). Salvador: EDUFBA.
- Paravidini, J. L. L., Rocha, T. H. R., Perfeito, H. C. C. S., Campos, A. F., & Dias, A. G. (2008). Nascimento psíquico e contemporaneidade: Implicações metapsicológicas nos modos de estruturação subjetiva. *Revista Mal-Estar e Subjetividade*, 8(1), 195-224.
- Brasil. Projeto de Lei 7.672/10. Altera a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, que dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente, para estabelecer o direito da criança e do adolescente de serem educados e cuidados sem o uso de castigos corporais ou de tratamento cruel ou degradante. Novo Código Civil. Disponível em: <http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=483933> Acesso em 20.05.2016.
- Rocha, Z. (2012). O papel da ilusão na psicanálise freudiana. *Ágora: Estudos em Teoria Psicanalítica*, 15(2), 259-271. <http://dx.doi.org/10.1590/S1516-14982012000200004>
- Roure, G. Q., (2002). *Criança-Objeto: Entre o desejo e o gozo* (Tese de Doutorado). Universidade Estadual de Campinas, São Paulo.
- Thevenot, A., & Metz, C. (2007). Instabilidade psicomotora ou hiperatividade?: Riscos dos deslizamentos dos discursos sobre a psicopatologia infantil. *Epistemo-somática*, 4(2), 49-61.
- Torezan, Z. C. F., & Aguiar, F. (2011). O sujeito da psicanálise: Particularidades na contemporaneidade. *Revista Mal Estar e Subjetividade*, 11(2), 525-554.
- Vorcaro, A. (2011). O efeito bumerangue da classificação psicopatológica da infância. Em A. Jerusalinsky & S. Fendrik (Orgs.), *O Livro negro da psicopatologia contemporânea* (pp. 219-229). São Paulo: Via Lettera.
- Zorning, S. (2000). *A Criança e o infantil em psicanálise*. São Paulo: Editora Escuta.

Recebido em: 22/06/2016

Primeira decisão editorial em: 13/03/2017

Aceito em: 05/06/2017